

1.14 • Conjuntura Internacional

O GOVERNO BOLSONARO: CRISES INTERNAS E CONTROVÉRSIAS EXTERNAS

Reginaldo Teixeira Perez
Marcos Pascotto Palermo

Texto entregue em Dezembro de 2019

APROXIMA-SE DE UM ANO do Governo Bolsonaro. E não seria exagerada a afirmação de que um sinônimo para ele seria o de crises (no plural) – advindo daí uma saliente dúvida: crises com origens externas à gestão ou por ela provocadas? Por certo, a resposta a esse questionamento deve contemplar as duas dimensões, mas parece haver motivos à farta para reconhecermos que a primeira fonte de problemas se encontra no próprio governo. Se isso se pensa da política interna, da mesma forma, neste decurso, já se pode pensar em reflexos de sua atuação em termos de relações exteriores.

Rememore-se, brevemente, de alguns traços da ascensão eleitoral impressionante da candidatura bolsonarista nas eleições de 2018: foi um processo de alinhamento de diversas posições que tinham em comum um forte sentimento “antissistema” – com especificidades antipolíticas (alcançando os políticos e as instituições representativas, identificados com a corrupção), com foco no PT (Partido dos Trabalhadores) e nas figuras de proa dos partidos até então no controle do Estado brasileiro: PMDB, PP e PSDB, entre outros. Em suma: o discurso proferido por Bolsonaro, fazendo uso até de redes e imagens religiosas, revestiu-se de novidade em face da dicção de suas críticas – contra tudo e contra todos. Prometia-se um governo de regeneração moral – e de forte conteúdo nacional, sem descurar, no que poderia se considerar em alguns pontos paradoxal, de uma agenda liberal na economia – diante de uma estrutura considerada como corrompida.

O governo Bolsonaro e o desgaste das agremiações partidárias tradicionais

No Brasil pós-redemocratização (meados da década de 1980), o Estado de Direito foi definido pela Constituição de 1988. E, nela, foram estabelecidos os requisitos aos procedimentos afeitos a uma liberal-democracia de feição moderna: um conjunto de liberdades (individuais e sociais), acompanhado por um cardápio de direitos políticos, conformariam essa institucionalidade que, de sua parte, seria coroada por eleições periódicas – a cada dois anos, dependendo dos cargos em disputa, bem como o chamamento do eleitorado para um plebiscito sobre forma e sistema de governo em 1993 e de um referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições em 2005.

E foi a sequência desses procedimentos democráticos – com destaque às eleições presidenciais – que conferiram hegemonia política a duas agremiações, o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), nos anos 1990, e PT, nos anos 2000. Esse sistema foi denominado pelo

cientista político brasileiro Sérgio Abranches, em artigo publicado em 1988, como sendo o de um “Presidencialismo de Coalizão”: findas as eleições das quais emerge vencedor um candidato, ele tem de compor com partidos vários – em um sistema multipartidário (hoje, são 33 os partidos brasileiros) – para constituir a sua base de apoio parlamentar.

“

Nas eleições de 2018 alteraram-se as posições e aquelas duas agremiações (PT e PSDB) restaram fortemente derrotadas – com a vitória de um grupo político neófito capitaneado (literalmente) por um discreto ex-deputado federal há três décadas.

”

Pois bem: nas eleições de 2018 alteraram-se as posições e aquelas duas agremiações (PT e PSDB) restaram fortemente derrotadas – com a vitória de um grupo político neófito capitaneado (literalmente) por um discreto ex-deputado federal há três décadas – Jair Bolsonaro. Detalhe: esse político não parece ter-se preocupado muito com bases eleitorais – nem com o seu partido, o PSL (Partido Social Liberal), fundado em 1994, mas com fraco desempenho eleitoral até a entrada desse político. Ao adaptar-se à agenda do candidato, o PSL deu uma guinada à Direita, passando a se considerar conservador nos costumes e rompendo com o movimento intrapartidário “Livres”, de tendência liberal/libertária.

Atendo-se ao personagem, o inquieto presidente, vê-se que já trocou de siglas oito vezes em seu caminhar político, e desta vez não foi diferente: tendo aderido ao PSL na última hora para poder disputar as eleições presidenciais – uma vez que no Brasil não são permitidas candidaturas independentes –, e, de olho nas verbas destinadas aos partidos pelos fundos partidário (anual) e eleitoral (bianual), enfrentou recentemente a liderança de seu partido. Explique-se: nos últimos quatro anos, em face de uma decisão judicial que obstruiu a doação empresarial para as campanhas, a maior parte dos recursos que financiam os partidos e a sua participação em eleições é pública. Trata-se do fundo partidário, com periodicidade anual, e o fundo eleitoral, de periodicidade bianual. Esses fundos importam em somas vultosas, muito vultosas.

O modo pelo qual Bolsonaro reivindicou o controle da sigla PSL – e foi derrotado – é significativo para a compreensão do *modus operandi* de sua gestão: a promoção de ataques públicos às figuras que o cercam, até o seu defenestrar do governo. E os seus filhos – são três e também políticos – têm tido um papel central nessas alterações. Ocorre que o presidente, juntamente com o seu grupo de fiéis aliados, restou minoritário desta vez – e teve de buscar alternativas. A saída encontrada foi a fundação de um novo partido, a Aliança pelo Brasil (ALIANÇA), cujos apoiadores reivindicam o número 38, imagem associada a uma arma. Entretanto, são muitas as exigências formais à constituição de um novo partido no Brasil, quase impossíveis de serem satisfeitas a tempo de concorrer nas eleições municipais do próximo ano.

À semelhança de outras paragens, o sistema partidário brasileiro é merecedor de críticas. Em artigo publicado recentemente em jornal de circulação nacional (*Folha de São Paulo*, ed. de 24 nov.2019), o cientista político Jairo Nicolau avaliou ceticamente o ambiente no qual funcionam os partidos no Brasil. Segundo o pesquisador, seus partidos são burocráticos e dependentes do Estado, têm lideranças arcaicas e opõem barreiras à renovação de seus quadros, pois sobretudo desejam administrar e distribuir a seu talante os recursos. Ademais, os controles – de filiados, por exemplo – recaem sobre um órgão do Estado, a Justiça Eleitoral. Nessa moldura, a crise que atingiu o PSL, o então partido do presidente Bolsonaro, é significativa em relação ao conjunto de participantes do jogo democrático: “As siglas transformaram-se em organizações pesadas, com muito pouco incentivo para desempenhar o tradicional papel de intermediárias entre sociedade e Estado. Colaram-se ao Estado, afastaram-se da sociedade. O alheamento juvenil é uma evidência desse distanciamento”, observa Nicolau. E, provavelmente examinando de forma acurada a corrosão que atinge esse sistema, foi que o então candidato Bolsonaro catapultou-se como diferente. Uma das chaves interpretativas ao seu sucesso está na emocionalização da esfera pública – lançando provocações a tudo e a todos, por exemplo – e daí emerge um cenário de crises constantes.

Não é somente Bolsonaro a apostar nas polêmicas. São vários os membros de seu *staff* que assim procedem: “A democracia brasileira, com seus poucos altos e muitos baixos, nunca viu um presidente eleito que defende a tortura, um ministro da Educação que odeia estudantes, um secretário de Cultura que odeia artistas, um assessor para assuntos afro-brasileiros que odeia o movimento negro, um ministro do Meio Ambiente que odeia ambientalista”, escreveu a jornalista Cláudia Lai-

tano (*Zero Hora*, ed. de 2 dez.2019). Intitulando o seu artigo com o significativo “Espírito rixoso”, a comentarista define com essas duas palavras o atual governo. E logo esclarece o seu sentido: “(...) uma inclinação geral para os confrontos por motivos fúteis ou banais, os revides irrefletidos, as picuinhas”. Ao final, lamentando sobre essa forma particular de condução das questões públicas, a articulista conclui: “No século XXI, o espírito rixoso encontrou um caldo de cultura perfeito no ambiente de lacração das redes sociais, mas só masoquistas ficariam felizes ao topar com esse tipo de assombração, ao vivo, na festa de Natal. Ou, pior, decidindo o futuro do país”.

Governo Bolsonaro e sua política externa

Se do ponto de vista da política doméstica, o governo recebeu críticas pela escolha de seus ministros, na política com o exterior não houve exceção. A indicação do atual chanceler Ernesto Araújo, rendeu certo mal-estar entre diplomatas considerados mais experientes e que se consideraram deixados de lado, substituídos por um colega considerado mais jovem e que não havia chefiado uma embaixada.

Foi divulgada pela jornalista Patrícia Campos Mello (*Folha de São Paulo*, ed. de 14 nov 2018), a sua proximidade com o ensaísta Olavo de Carvalho, que emergiu como articulador intelectual do bolsonarismo. Comungando de valores como um regaste do combate ao comunismo, da opção pela soberania estatal frente ao chamado “globalismo”, negação do aquecimento global e defesa do que seriam valores do Ocidente, Araújo ganhou crédito junto a duas figuras importantes: o filho do presidente, senador Eduardo Bolsonaro, e Filipe Martins, secretário de assuntos internacionais do PSL. A condução do que viria a seguir, foi tomada por especialistas, como uma quebra na tradição da política externa brasileira.

Provavelmente, tentando interpelar o seu público de apoio em um plano interno, os ataques bolsonaristas alcançam e contaminam a sua política externa. De saída, o governo declarou o seu alinhamento acrítico ao governo estadunidense de Donald Trump – sem exigir contrapartidas e criticando o papel externo da China, em um primeiro momento. Afirmou, taxativamente, apoio ao governo de Benjamin Netanyahu, de Israel – prometendo a mudança da embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém – o que agradou ao eleitorado evangélico, mas desconsiderou o importante papel dos países árabes na pauta exportadora brasileira.

Dando sequência ao já propalado na campanha eleitoral, acusou governos latino-americanos – em especial, o da Venezuela – de serem ideológicos e populistas. Neste plano, a Venezuela foi acusada de ser responsável pelo derrame de óleo que contaminou o litoral brasileiro, o que não foi comprovado. Ainda, no âmbito ambiental, o governo foi acusado internacionalmente de ser conivente ou omissor, com relação às queimadas na região amazônica, o que rendeu celeuma pessoal entre Bolsonaro e o presidente francês Emmanuel Macron, sendo o primeiro alvo de críticas

quanto a comentários que feririam a imagem da primeira-dama francesa. No pano de fundo, o governo brasileiro insinuou a utilização do tema da Amazônia, como forma velada de oposição da França ao Acordo Mercosul – União Europeia, ainda não ratificado.

Por fim, mas não menos importante, declarou, apoiando a candidatura do liberal Mauricio Macri, que o povo argentino teria “cometido um engano” ao escolher peronistas nas eleições presidenciais recentes daquele país, insistindo até o final que não enviaria representante brasileiro na posse do novo governo.

Considerações finais, dúvidas iniciais

A pergunta que se impõe diante dos riscos políticos de um governo que age dessa forma, sem prejuízo a outras formas de querelas, direciona-se para o relacionamento institucional: como tem interagido Bolsonaro com os demais Poderes da República, destacadamente, o Legislativo? Uma resposta provisória – enfatiza-se o provisório – aponta a uma convergência de pautas. De um lado, promovem-se reformas econômicas sob as lideranças de parlamentares hábeis, tais como as do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do presidente do Senado Federal, Davi Alcolumbre. Nesse caso, os interesses do principal ministério – o da Economia – e de seu titular, o ministro Paulo Guedes, têm sido conduzidos com um bom nível de concordância. Em contrapartida, deve-se admitir que, salvo engano, o processo legislativo tem funcionado à revelia da figura presidencial. Sintetiza-se a formulação aqui desfilada: de um lado, valores liberais têm alinhado a política econômica do governo com uma opinião pública financiada pelo mercado; de outro lado, ao revés, juízos do liberalismo político – também vergastados pela opinião pública – antepõem-se ao regressismo valorativo pronunciado pelo governo.

“
A indicação do atual chanceler Ernesto Araújo, rendeu certo mal-estar entre diplomatas considerados mais experientes.
”

Do ponto de vista internacional, seguirão os debates sobre o posicionamento brasileiro em fóruns internacionais, mormente os relativos às questões ambientais, sua postura frente aos Estados Unidos, que já revelaria certa frustração, bem como a relação com demais países do Mercosul, em especial com o novo governo argentino.

Equilibrando-se como um encantador de serpentes, Bolsonaro busca conciliar fundamentalismo de mercado com conservadorismo moral. O primeiro valor é estranho a ele, Bolsonaro, um notório estatista/intervencionista; quanto ao segundo, há um esforço para demonstrar adesão – com destaque à sua dimensão religiosa.

Na mesma linha, não menos difícil será a continuidade de uma política que insiste em ignorar a “questão social” em sua potência política: um relativo “silêncio das ruas”, até o presente, tem poupado o governo de grandes questionamentos populares – inclusive, vem ele contando com índices razoáveis de popularidade. No entanto, seguindo-se o vaticínio apresentado por Max Weber, em seu clássico *A política como vocação*, publicado em 1918, a diáde dominação *versus* legitimação definiria a essência das relações políticas. Bem compreendido, as infrequências dos processos legitimadores requerem dos políticos profissionais habilidades especiais. As dúvidas que assaltam as mentes que refletem sobre as coisas da política no Brasil de hoje é se Bolsonaro continuará sendo eficaz como encantador de serpentes – até mesmo porque elas são muitas. ■